

CORREIO DE
CAMPINASPOR
RAQUEL VALLI

MONTAGEM/COM FOTOS DE DIVULGAÇÃO



Vereadora e Deputada, ambas do PSOL, apresentaram petição

Conti e Sâmia denunciam Flávio Bolsonaro à PGR e ao MPF

A vereadora Mariana Conti, de Campinas, e a deputada federal Sâmia de Souza Bomfim, ambas do PSol, protocolaram uma petição à Procuradoria-Geral da República e ao Ministério Público Federal solicitando a apuração individualizada de condutas e a preservação imediata de provas do senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato à presidência da República, e do irmão dele, o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro - ambos do PL. A denúncia baseia-se em informações “de amplo conhecimento público extraídas de matérias jornalísticas e registros oficiais” que apontam a realização de reuniões reservadas no mês passado, em Washington, com o presidente dos Estados Unidos Donald Trump, o vice-presidente J.D. Vance e o secretário de Estado Marco Rubio, abordando assuntos de natureza sensível para o Estado brasileiro.

Soberania nacional

Fundamentam a necessidade de atuação do MPF com base no artigo 359-K do Código Penal, que pune a entrega não autorizada de documentos ou dados classificados como secretos ou ultrassecretos a governos estrangeiros que possam colocar em perigo a soberania nacional. Referem-se, mais especificamente, aos assuntos tratados, entre os quais: criminalidade organizada, terras raras, minerais críticos, comércio digital, tarifas alfandegárias e sistemas de pagamento eletrônico.

Organizações terroristas

Em 28 de maio, os EUA designaram formalmente as facções Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas. Já em 2 de junho, Flávio enviou um ofício a Rubio, em papel timbrado do Senado, agradecendo e manifestando preocupações sobre investigações tarifárias contra o Brasil. Oferecendo antecipadamente uma equipe de transição para futuros acordos comerciais, caso vença a eleição presidencial.

REPRODUÇÃO/TV SENADO



O pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Coleta de dados

A petição elenca 12 pedidos à PGR, como coleta e preservação cautelosa de metadados, e-mails e relatórios das tratativas, bem como cooperação jurídica com os EUA para obter os registros oficiais dos encontros. O **Correio da Manhã** entrou em contato com os Bolsonaros e aguarda o posicionamento, caso desejem manifestar-se.

PINGA-FOGO

“Navegar é preciso”

A conclusão do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC) nos 69 Centros de Saúde é um acerto indiscutível. Em 40 dias, tempo recorde no país, Campinas o concluiu, trazendo algum alento frente ao cenário do Mário Gatti, na mira do MP, e do Hospital da PUC, com sucessivas superlotações.

O tempo e o vento...

O esforço de gestores e funcionários surpreendeu o Ministério da Saúde pela rapidez na coleta de dados. Para o secretário municipal Lair Zambon, a ação representa uma mudança de paradigma contida na reestruturação geral da pasta, servindo como resposta aos problemas estruturais que sufocam a rede. Que assim seja...

“Conhece-te a ti mesmo”

Desde a capacitação em maio, as equipes mapearam os centros de custos e padronizaram os dados. Homologadas pela União, as informações abastecem o sistema ApuraSUS (sistema do Ministério da Saúde para apuração e gestão de custos no SUS). A fase seguinte engloba a atenção secundária, programada para começar ainda este ano.

Gestão é solução

A inserção do controle de custos serve para complementar a aferição de tudo o que é produzido, medindo a eficácia real. O reflexo prático supera a contabilidade, atingindo diretamente a qualificação da assistência prestada na ponta, que é para o paciente. A prefeitura é municipal, mas a gerência precisa ser efetivamente empresarial.

Embrionário

O controle na base é o único mecanismo viável para desafogar os hospitais. Compreender o custo real de cada procedimento qualifica o planejamento estratégico. Diante de colapsos na alta complexidade, a eficiência no ApuraSUS sinaliza que Campinas finalmente engatinha rumo à gestão responsável.

Firmado em pedra

Espera-se, senhores, que esse tipo de política perdure e se consolide, não sendo apenas um projeto pontual e ‘para inglês ver’. Espera-se que essa gestão de custos eficiente seja de fato efetivada, transformando-se em cultura administrativa real para evitar o desperdício crônico e garantir que cada centavo à ponta do sistema.



Agentes fizeram um novo protesto pacífico no sábado (27) no Paço Municipal

GMs voltam
à Câmara por
intercessão junto
à prefeitura

Retornam nesta segunda (29) às 10h na última sessão antes do recesso

Por Raquel Valli

Guardas municipais de Campinas comparecerão à Câmara Municipal às 10h de segunda-feira (29) com o objetivo de solicitar novamente que o Poder Legislativo interceda junto à prefeitura em relação às reivindicações apresentadas pela categoria. Esta é a última reunião dos vereadores antes do início do recesso parlamentar, que se termina em agosto.

O agentes realizarem uma nova manifestação pacífica neste sábado (27) em frente ao Paço Municipal, reunindo cerca de 150 integrantes da corporação, de acordo com os dados fornecidos pela comissão independente que representa os servidores.

Os organizadores do movimento informam que os protestos contam exclusivamente com a participação de agentes em período de folga, sem gerar prejuízos para as atividades cotidianas de segurança pública da cidade.

Ressaltam que “a insatisfação é generalizada” devido à incerteza sobre a manutenção dos rendimentos mensais face à ameaça de corte do Adicional de Risco de Vida, o ARV, que compõe 45% do soldo.

Na última sexta-feira (26), as vereadoras Guida Calixto (PT), Fernanda Souto e Ma-

riana Conti, ambas do PSol) tentaram estabelecer um canal de diálogo no Palácio dos Jequitibás, mas não foram recebidas pelo prefeito Dário Saadi (Republicanos) nem pelo vice-prefeito Wanderley de Almeida, o Wandão (PSB).

A administração municipal declarou que a Secretaria de Segurança considera as tratativas interrompidas em razão da continuidade das manifestações, posicionamento rebatido por Conti e pela comissão de guardas, que afirmam a inexistência de negociações efetivas por parte do Executivo e relembram promessas anteriores gravadas em vídeo pelo vice-prefeito sobre o andamento das pautas neste ano.

O efetivo, composto por 738 guardas, aguarda a definição do adicional que tramita sob análise judicial e cuja ausência de incorporação aos salários pode reduzi-los. Além da incorporação definitiva do ARV aos vencimentos, reivindica a implantação do plano de cargos e carreiras parado há 15 anos, o reajuste salarial de 20% baseado em defasagem indicada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e a mediação da prefeitura com a Polícia Federal para assegurar o porte de arma aos agentes da reserva.